Thais de Andrade Ribeiro, Dr. Carlos Augusto Silva de Carvalho, Dra. Sarah Wanhong Monteiro de Oliveira Kauer, Dra. Juliana Duque Estrada Schmid Pedro, Dr. Diógenes Ivo Fernandes de Sousa Silva, Dr. Alexandre de Albuquerque Sá, Dra. Roberta Monnerat Alves, Dr. Cristiano de Oliveira Taveira, Dr. Carlos Eduardo Correa de Miranda, Dr. Roberto José de Mello Oliveira Alves Filho e Dr. Gutemberg Lúcio de Oliveira. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Dr. Marcelo Alves Freire e Dra. Renata Ferreira da Mota. Participaram da Mesa, além do Sr. Vice-Presidente, o Srs. Presidentes de Câmara, Dr. Eduardo Itagyba de Araujo Padilha, Dra. Solange Maria Motta Cardoso e Dr. Guilherme Thomaz. Em havendo *quorum* para deliberação, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, incluindo em pauta o julgamento do Recurso de Ofício nº 3.586/2017, processo nº E-01/2786/2011, de ANDERSON CORREA RIBEIRO. Presente o servidor, que usou da palavra, na forma regimental, informando que foi exonerado no INCA e juntando a publicação do ato, acostada aos autos à fl. 162. Assim, a Presidência concedeu a palavra ao Conselheiro Relator, Dr. Alexandre de Albuquerque Sá, para a leitura do relatório e voto, que foi no sentido da extinção do Recurso de Ofício, por perda do objeto, tendo em vista a exoneração do servidor em uma das matrículas. Voltaram com o Relator todos os demais Conselheiros presentes. **DECISÃO:** Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por unanimidade, em extinguir o Recurso de Ofício, em razão da perda do objeto, nos termos do voto do Relator. Em prosseguimento, o Sr. Presidente incluiu em pauta e em continuação o julgamento do Recurso de Ofício nº 3.053/2013, processo nº E-03/11000920/2008, de ROBERTO VIEIRA MATOS. Presente o servidor e seu advogado, Dr. Ítalo Pires Aguiar (OAB/RJ nº 163.402) que usou da palavra, na forma regimental. Em sessão anterior, já haviam votado a Conselheira Relatora, Dra. Solange Maria Motta Cardoso, a Conselheira Revisora, Dra. Renata Ferreira da Mota e o Conselheiro Dr. Marcelo Alves Freire, todos negando provimento ao Recurso de Ofício, por considerarem técnico o cargo de artefice - guardião de piscina - ocupado pelo servidor, para fins de acumulação com o cargo de professor. Votou de forma divergente, após vista dos autos, a Conselheira Dra. Claudinéia Silva de Oliveira, dando provimento ao Recurso de Ofício, por não reconhecer como técnico o cargo ocupado pelo recorrido. Nesta oportunidade, votaram com a Relatora os Conselheiros Dr. Alexandre de Albuquerque Sá, Dr. Carlos Augusto Silva de Carvalho, Dr. Cristiano de Oliveira Taveira, Dr. Diógenes Ivo Fernandes de Sousa Silva, Dra. Thais de Andrade Ribeiro, Dr. Roberto José de Mello Oliveira Alves Filho e Dr. Carlos Eduardo Correa de Miranda. Votou de forma divergente, dando provimento ao Recurso de Ofício, a Conselheira Dra. Roberta Monnerat Alves, em razão da escolaridade exigida para o ingresso no cargo de artefice. **DECISÃO:** Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por maioria, em negar provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto da Relatora, mantendo a decisão da Câmara, que entendia como lícita a acumulação pretendida. Por fim, o Sr. Presidente incluiu em pauta e em continuação o julgamento do Recurso de Ofício nº 3.048/2013, processo nº E-01/54539/2008, de SEBASTIANA GUARIENTO. Ausente a servidora. Na sessão anterior, já havia votado o Conselheiro Relator, Dr. Carlos Augusto Silva de Carvalho, no sentido de negar provimento ao Recurso de Ofício, considerando lícita a acumulação e adotando, para tanto, o voto proferido na Câmara às fls. 61/63 dos autos, tendo sido acompanhado pela Conselheira Revisora, Dra. Solange Maria Motta Cardoso e pelos Conselheiros Dr. Rogério Barcelos, Dra. Fernanda Salles e Dr. Jorge Alves, quando então requereu a Conselheira Dra. Claudinéia Silva de Oliveira a expedição de ofício à SEEDUC, rogando informar o motivo e a fundamentação da demissão da servidora, ocorrida em 30/11/12, no terceiro vínculo (matrícula 000832133-3). Vindo aos autos a resposta da diligência, acolheram os Conselheiros presentes a preliminar de perda de objeto do Recurso de Ofício, já que não mais persistia a triplíce acumulação apontada como ilegal; com exceção do Conselheiro Dr. Alexandre de Albuquerque Sá, que não acolheu a preliminar de perda de objeto e apontou para a necessidade de apreciação, pelo Colegiado, da legalidade da acumulação das duas matrículas remanescentes. **DECISÃO:** Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por maioria, em acolher a preliminar de perda do objeto do Recurso de Ofício. **NADA MAIS** havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão plenária, às 13h (treze horas). Para constar, eu, Sebastião Araújo da Costa, Secretário do Pleno do CRASE/RJ, lavrei a presente ATA, que será assinada por mim e pelo Sr. Vice-Presidente do CRASE/RJ, Dr. Paulo Roberto de Azevedo Junior, nos termos do § 1º do art. 68, do Regimento Interno do CRASE/RJ. Processo nº SEI-150001/002073/2021.

SEBASTIÃO ARAÚJO DA COSTA
Secretário

PAULO ROBERTO DE AZEVEDO JUNIOR
Vice-Presidente

Id: 2299982

CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO PLENO

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Ao décimo terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às onze horas (11h), no recinto do Plenário, reuniram-se os Membros do Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - CRASE/RJ, para a realização da Segunda Sessão Ordinária do Conselho Pleno deste ano, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente, Dr. Paulo Roberto de Azevedo Junior, que contou com a presença dos Conselheiros Dra. Thais de Andrade Ribeiro, Dra. Juliana Duque Estrada Schmid Pedro, Dra. Roberta Monnerat Alves, Dr. Alexandre de Albuquerque Sá, Dr. Roberto José de Mello Oliveira Alves Filho, Dr. Marcelo Alves Freire, Dr. Carlos Augusto Silva de Carvalho, Dr. João Raimundo do Nascimento, Dr. Cristiano de Oliveira Taveira e Dr. Carlos Eduardo Correa de Miranda. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Dr. Diógenes Ivo Fernandes de Sousa Silva e Dr. Luiz Paulo Sousa dos Santos. Participaram da Mesa, além do Sr. Vice-Presidente, os Srs. Presidentes de Câmara Dr. Eduardo Itagyba de Araujo Padilha, Dr. Guilherme Thomaz e Dra. Solange Maria Motta Cardoso. Em havendo *quorum* para deliberação, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, retirando de pauta o julgamento do Recurso de Ofício nº 3.298/2014, processo nº E-03/11004706/2011, de FELIPE JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA, tendo em vista a ausência justificada do Conselheiro Revisor Dr. Luiz Paulo Sousa dos Santos, restando o feito adiado *sine die*. Em prosseguimento, o Sr. Presidente incluiu em pauta o julgamento do Recurso de Ofício nº 3.049/2013, processo nº E-04/9645/2010, de MAGNUS COSTA BUSTAMANTE SÁ. Estando ausente o servidor, a Presidência concedeu a palavra à Conselheira Relatora, Dra. Thais de Andrade Ribeiro, para a leitura do Relatório e proferir seu voto, que foi no sentido de dar provimento ao Recurso de Ofício, considerando ilícita a acumulação de cargos em comento. Voltaram com a Relatora todos os demais Conselheiros presentes. **DECISÃO:** Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por unanimidade, em dar provimento ao Recurso de Ofício, considerando ilícita a acumulação, nos termos do voto da Relatora. Por fim, o Sr. Presidente retirou de pauta o julgamento do Recurso Voluntário nº 3.189/2013, processo nº E-01/57834/2008, de AUREA FONSECA DA SILVA ARAÚJO, tendo em vista a ausência justificada do Conselheiro Revisor Dr. Luiz Paulo Sousa dos Santos, restando o feito adiado *sine die*. **NADA MAIS** havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão plenária, às 13h (treze horas). Para constar, eu, Sebastião Araújo da Costa, Secretário do Pleno do CRASE/RJ, lavrei a presente ATA, que será assinada por mim e pelo Sr. Vice-Presidente do CRASE/RJ, Dr. Paulo Roberto de Azevedo Junior, nos termos do § 1º do art. 68, do Regimento Interno do CRASE/RJ. Processo nº SEI-150001/001983/2021

SEBASTIÃO ARAÚJO DA COSTA
Secretário

PAULO ROBERTO DE AZEVEDO JUNIOR
Vice-Presidente

Id: 2299987

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 11.01.2021

PROCESSO Nº SEI E-08/007/2144/2018 - ANA PAULA SEVERO GONÇALVES MARTINS, ID Funcional 42156246, Enfermeiro, vínculo 1 (SES) e Enfermeiro, matrícula 1535993 (Ministério da Saúde). LÍ-

CITA a acumulação de cargos pelo servidor nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea "c", da CRFB/1988.

PROCESSO Nº SEI E-03/030/1131/2019 - FLAVIA ENGELKE ALVES FONSECA LIMA, ID Funcional 41883756, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC), Professor I - Inglês, matrícula 263.947-4 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) e Cargo não informado, matrícula não informada (Prefeitura Municipal de Araruama). **ILÍCITA** a acumulação de cargos pelo servidor, nos termos do art. 37, inciso XVI, da CRFB/1988.

DE 12.02.2021

PROCESSO Nº SEI E-26/005/103502/2018 - JOCELITA LAFFITTE DA SILVA CAMARGO, ID Funcional 5785367, Professor FAETEC I - 20 horas, vínculo 1 (FAETEC) e Professor II, matrícula 45.527-9 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). **LÍCITA** a acumulação de cargos pelo servidor nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea "a", da CRFB/1988.

PROCESSO Nº SEI E-08/007/2177/2018 - FLAVIA IZAQUIEL REBELLO SIQUEIRA MENDES, ID Funcional 30563879, Médico, vínculo 1 (SES) e Médico Clínica Médica, matrícula 225.728-5 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº SEI E-08/004/988/2019 - LIZEU SALES VILARDO, ID Funcional 32327510, Médico, vínculo 2 (IASERJ) e Médico, matrícula 15236 (Prefeitura Municipal de Nilópolis). **LÍCITA** a acumulação de cargos pelos servidores nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea "c", da CRFB/1988.

PROCESSO Nº SEI E-27/068/1/2018 - ALEXANDRE PINTO DA SILVA, ID Funcional 6154298, Capitão BM/Dentista, vínculo 1 (CBMERJ) e Cirurgião Dentista III-B, matrícula 17330 (Prefeitura Municipal de Macaé).

PROCESSO Nº SEI E-27/141/925/2017 - RONALDO LUIZ ENNES ALLÃO, ID Funcional 31607721, Tenente BM/Médico, vínculo 3 (CBMERJ) e Médico, matrícula 227.377-9 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). **LÍCITA** a acumulação de cargos pelos servidores nos termos do art. 37, inciso XVI, da CRFB/1988, c/c o § 3º do art. 42, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 101 de 04 de julho de 2019.

PROCESSO Nº SEI E-03/008/101671/2018 - JUPIACI NUNES, ID Funcional 5788935, Agente Administrativo, vínculo 1 (FAETEC) e Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC). **ILÍCITA** a acumulação de cargos pelo servidor, nos termos do art. 37, inciso XVI, da CRFB/1988.

PROCESSO Nº SEI E-04/209/27/20218 - FLAVIO SAMPAIO DE CARVALHO, ID Funcional 20751656, Artefice, vínculo 1 (FAETEC) e Técnico de Refrigeração, matrícula não informada (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Mantenho o despacho de 21/11/2018, publicado no DOERJ de 11/12/2018, que declarou **ILÍCITA** a acumulação de cargos pelo servidor.

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 23.11.2020
PÁGINA 04 - 1ª COLUNA

DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
DE 10.11.2020

PROCESSO Nº SEI E-26/005/4983/2019
ONDE SE LÊ: JOÃO CARLOS CORREA DE ANDRADES
LEIA-SE: JOSÉ CARLOS CORREA DE ANDRADES.

Id: 2300095

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 825 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

INSTITUI A POLÍTICA DA GOVERNANÇA, A ESTRATÉGIA DA GOVERNANÇA E AS NORMAS DO PLANO ESTRATÉGICO E DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 41.797, de 02 de abril de 2009, e o Decreto nº 47.278 de 17 de setembro de 2020, no que consta dos autos do processo nº SEI-120211/002218/2020, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de observar os princípios que orientam a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da CRFB/88;
- os termos do Decreto 47.278, de 17 de setembro de 2020, que alterou sem aumento de despesa a estrutura organizacional do Poder Executivo estadual, dentre outras providências;
- que a eficiência e a efetividade do gasto público devem nortear as ações do governo, com vistas ao melhor atendimento do cidadão.

RESOLVE:

Art. 1º - A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro se efetivará por meio dos competentes instrumentos legais conforme elencados abaixo:

I - Política da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PGTIC/RJ, conforme Anexo A;
II - Estratégia da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - EGTIC/RJ, conforme Anexo B;

III - Normas de elaboração do Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PEDTIC, conforme Anexo C;
IV - Instruções Normativas - IN;

V - Planejamento Estratégico Institucional - PEI;

VI - Plano Plurianual - PPA;

VII - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC;

VIII - Plano Anual de Contratações - PAC.

Art. 2º - Fica estabelecido, nos termos do Anexo C, que todos os Níveis Setoriais de Tecnologia da Informação e Comunicação - NSTIC/RJ, conforme tipificado no Art. 6º do Decreto nº 47.278, de 17 de setembro de 2020, ou outro que vier a substituí-lo, serão os responsáveis pela elaboração do Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PEDTIC.

Art. 3º - O PEDTIC será elaborado em conformidade com as diretrizes e metas do governo e a governança de tecnologia da informação e comunicação do estado do Rio de Janeiro nos moldes do Anexo C desta Portaria.

Art. 4º - Os Instrumentos de Gestão elencados nos incisos V, VI, VII e VIII do art. 1º serão exequíveis a todas as necessidades de TIC já estabelecidas e serão tratados em modo apartado seguindo a estrutura conceitual própria de cada instrumento.

Art. 5º - Os NSTIC/RJ deverão participar da aprovação dos Instrumentos de Gestão elencados no Art. 4º, exceto os previstos nos incisos VI e VIII, que serão realizados pela alta direção do órgão ou entidade.

Art. 6º - Em caso de dúvidas na elaboração do PEDTIC, o órgão ou entidade poderá entrar em contato com a Diretoria de Assuntos Es-

tratégicos - DAE do PRODERJ, ou o setor que eventualmente vier a substituir suas competências.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria PRODERJ/PRE nº 797, de 03 de novembro de 2020.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR
Presidente

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado da Casa Civil

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ANEXO A

POLÍTICA DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PGTIC-RJ

PRODERJ

POLÍTICA DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado da Casa Civil

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ

Presidente

JOSÉ MAURO FARIAS JUNIOR

Vice-Presidente de Administração

DIEGO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS

Vice-Presidente de Tecnologia

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA

Vice-Presidente de Governo Digital

ANDRÉ RODRIGUES CECILIANO

Vice-Presidente de Estratégia, Governança e Inovação.

MAURÍCIO FERREIRA PRADAL

POLÍTICA DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado da Casa Civil

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Equipe de Elaboração da PGTIC/RJ

Diretor de Assuntos Estratégicos

MURILO DE SOUSA RICHULINO

Gerente de Projetos Estruturantes

LOUIZE SANTOS OLDRIINI DE LIMA COSTA

Assessora de Assuntos Estratégicos

CAMILA MAURA MOREIRA DA SILVA

POLÍTICA DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO